

Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as Assistentes Sociais

Gláucia Almeida¹

Resumo

Este artigo surgiu a partir de uma mesa-redonda realizada pelo curso de Serviço Social da PUC-Rio em abril de 2008. O objetivo é sistematizar parte das reflexões desenvolvidas naquela ocasião, refletindo sobre como a profissão vem incorporando a discussão da homossexualidade e sobre os possíveis caminhos para um efetivo enfrentamento do tema pelos/as assistentes sociais. A primeira parte discute brevemente o conceito de homofobia e suas variantes e apresenta exemplos concretos de como esta produz efeitos no cotidiano institucional em áreas diversas. A segunda parte do artigo recupera parte da recente trajetória da diretriz ético-política de combate à homofobia na profissão e sua incorporação pelo conjunto CFESS/CRESS e reflete sobre algumas dificuldades para a incorporação prática desta diretriz. A terceira e última parte do artigo apresenta uma apreciação exploratória quantitativa dos trabalhos com temáticas relativas à sexualidade e relações de gênero apresentados em três Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais. O texto se encerra buscando apontar possíveis caminhos para o efetivo enfrentamento da homofobia e suas variantes pela profissão.

Palavras-chave

(1) Homossexualidade; (2) Serviço Social; (3) Homofobia.

Abstract

This article arose from a group discussion held by the Social Work course of PUC-Rio in April 2008. The objective is systematizing part of the reflections developed in that occasion, pondering how this profession have incorporated the discussion of homosexuality and the possible ways for an effective confrontation of the theme by social workers. The first part discusses briefly the concept of homophobia and its variants, and present concrete examples of how this produces affects in the institutional quotidian in diverse areas. The second part of the article recovers part of the recent trajectory of the ethical - political line of conduction of fighting homophobia in the profession and its incorporation by the set CFESS/CRESS, and it reflects, as well, on some difficulties for the practical incorporation of this line of conduct. The third and last part of the article present a quantitative explorative appreciation of works with themes related to sexuality and genre relations presented in three Brazilian Congresses of Social Workers. The text ends aiming at pointing possible ways to effectively confront homophobia and its variants by profession.

Keywords

(1) Homosexuality; (2) Social work; (3) Homophobia.

¹ Professora Adjunta do Centro Universitário Augusto Motta, assistente social, doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ) e pesquisadora associada do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

*Conheço os fracassos de mim
E das tentativas
O que sei é que pra imensidão da chuva
A gente só conseguiu criar
Um telhado pra não molhar.
Elisa Lucinda, Linhas da mão.*

Introdução

Este trabalho surgiu de um desafio, o de integrar a mesa-redonda "Enfrentar a homofobia: políticas públicas e assistência social", iniciativa do curso de Serviço Social da PUC-Rio, realizada em abril de 2008. A proposta do evento¹ era dar continuidade a discussões acerca do tema, que vêm sendo realizadas junto aos alunos de graduação e pós-graduação daquela universidade².

O objetivo deste artigo é sistematizar parte das reflexões desenvolvidas naquela ocasião. Minha intenção naquele momento, como agora, foi refletir sobre como a profissão vem incorporando a discussão da homossexualidade³ também sobre os possíveis caminhos para a busca de respostas ao tema pelos/as assistentes sociais em seus espaços profissionais cotidianos.

Uma primeira e indispensável afirmação é que ainda é incipiente a discussão acerca do tema orientação sexual na profissão, seja por parte das unidades de ensino (ensino, pesquisa e extensão), seja por parte das instituições onde se efetiva a atuação profissional, ou ainda nos conselhos de fiscalização do exercício profissional (sistema CFESS/CRESS). Os condicionantes deste

¹Também compunham a mesa o atual Superintendente Estadual de Direitos Difusos da Secretaria Estadual de Assistência Social, Cláudio Nascimento e mediando o professor da própria PUC-RJ, Luís Corrêa Lima.

²Em 2005, o professor Luís Corrêa Lima organizou outra mesa redonda sobre violência contra homossexuais na Baixada Fluminense. Em 2006 ele passou a liderar um grupo de pesquisa sobre diversidade sexual e religião e, em 2007, também coordenou uma jornada sobre diversidade sexual e cidadania.

³Uma advertência necessária é que se entende que "não há nenhuma verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as idéias e práticas a ela associadas são produzidas historicamente no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades" (Fry & MacRae, 1985, p.10).

caráter incipiente são múltiplos, mas poderíamos destacar entre eles: a histórica resistência com que a discussão da sexualidade esbarrou nos espaços acadêmicos em geral; a influência da moralidade católica mais conservadora nos primórdios da profissão e ainda hoje em determinados segmentos que compõem a categoria; a dificuldade que a discussão encontra para se desenvolver mesmo em grupos políticos ou profissionais "de esquerda", que muitas vezes permanecem conservadores do ponto de vista da moralidade sexual e das relações de gênero; a exclusividade(?) da classe social como viés explicativo das desigualdades sociais nas décadas que se seguiram ao Movimento de reconceituação⁴. Especialmente quanto a este último condicionante, cabe resgatar a reflexão de Veloso, para quem, a partir do movimento de reconceituação:

... houve o privilégio apenas dos conteúdos teóricos, da esfera macroscópica da vida social, como as problemáticas em torno das políticas sociais e o significado da assistência social na trajetória histórica do Serviço Social, entre outros, na produção literária pós-década de 1980, ainda que inegavelmente rica e imprescindível à formação profissional (Veloso, 1995, p. 30-31).

Para Almeida (1995, p. 24), o exame dos meios através dos quais se materializa o trabalho do assistente social, nos remete a duas questões centrais e inteiramente ligadas, diríamos até, indissociáveis, do ponto de vista das condições efetivas que determinam a maior ou menor eficiência da atuação

⁴ Para Netto, a reconceituação do Serviço Social esteve intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta e a questão que originalmente a comandou foi a "superação do subdesenvolvimento". Indagou-se a partir dela sobre o papel dos profissionais em face de manifestações da "questão social", interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) (Netto, 1996, p. 146). Quanto à relação com a tradição marxista, o autor afirma que depois da reconceituação, "o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais", embora esta incorporação tenha ocorrido na maioria das vezes, sem o uso de fontes originais e a partir de versões para o português "deformadas pela contaminação neopositivista" (1996, p. 148). A forma desta incorporação teria conduzido a equívocos grosseiros e ao ecletismo, embora a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista seja tomada pelo autor como "um dado da modernidade profissional" (1996, p. 149). O autor permite o entendimento de que a reconceituação foi um processo marcado por tensões, conflitos e direções dessemelhantes, que redundaram e em certa medida ainda redundam, em compreensões diversas da profissão.

profissional. São elas: a competência política e teórico-metodológica e a realidade sócio-institucional na qual se efetiva a ação do Serviço Social. Assim, pensar na atuação dos/as assistentes sociais face ao desafio de enfrentar a homofobia nas políticas públicas, também implica em recuperar e enfrentar tais questões descritas pelo autor em sua reflexão sobre o processo de trabalho do Serviço Social.

Efeitos da homofobia e suas variantes no cotidiano institucional: exemplos concretos

O termo **homofobia** cunhado a partir da sobreposição das palavras gregas *homo* (igual) e *fobia* (medo) tem sido largamente utilizado no contexto dos movimentos GLBT para identificar o ódio, a aversão ou a discriminação aos homossexuais e a todas as outras manifestações da sexualidade não hegemônicas. Autores como Pocahy & Nardi (2007) ressaltam que apesar do seu potencial político, o termo não é isento de problemas. O principal deles seria o fato de que o termo "fobia" remete a "problemas psicológicos/inconscientes/não-rationais" e isto comprometeria o entendimento social e coletivo do problema, individualizando o conjunto de práticas que a homofobia condensa.

Uma alternativa para fugir da "deriva psicologizante" que o termo representa seria o uso da expressão "heterossexismo" que não goza, entretanto, da consagração já obtida pelo termo homofobia no interior dos movimentos sociais. Resta então declarar o conjunto de práticas que o termo engloba:

A noção de homofobia, como vem sendo utilizada no contexto do movimento GLBT, representa todas as formas de desqualificação e violência dirigidas a todas e todos que não correspondem ao ideal normativo de sexualidade. E é claro, podemos manter a expressão para demonstrar diferentes formas de discriminação e outras violências contra prostitutas, transexuais, lésbicas e bissexuais. No rol das especificidades, então: a putafobia, a transfobia, a lesbofobia, a homofobia e a bissexualfobia, mas como expressões do ódio e não do medo psicológico (...) é, do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o anti-semitismo, uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como o contrário, inferior ou anormal, referindo-se a um prejulgamento e ignorância que consistem em acreditar na supremacia da heterossexualidade (Nardi, 2007).

A homofobia é um conceito que traduz tanto **sentimentos** (medo, ódio, aversão, desprezo, repulsa) quanto **atitudes** (discriminação, rejeição, violência, negligência) individual e coletivamente protagonizadas nos mais diferentes âmbitos sociais. Assim, os efeitos da homofobia "determinam lugares e posições para uma vida, reafirmando no campo da norma, o lugar dos sujeitos na posição de impensáveis, na ordem do precário e do desprezível". Trata-se de atos que promovem a "desumanização do outro" (Pocahy & Nardi, 2007).

Assim como está presente nas ruas, na mídia, nas instituições religiosas e na família, a homofobia existe no cotidiano das instituições onde as políticas sociais são implementadas: nas unidades públicas e privadas de saúde, nos centros municipais de assistência social dos municípios, nos abrigos (para crianças, adolescentes, adultos e idosos), nos conselhos tutelares, nos conselhos de políticas, nas diversas instâncias da justiça, nas prisões, nas instituições de cumprimento de medidas socioeducativas, nas escolas, universidades, empresas, ONGs, instituições filantrópicas, delegacias, entre outras instituições públicas e privadas. As práticas que contribuem para a estigmatização e a discriminação são perversamente democráticas: protagonizadas por usuários, familiares, profissionais e gestores. Podemos apontar diferentes casos em que a atuação do Serviço Social resvala para ações discriminatórias, o que em certa medida pode determinar as vidas de indivíduos e grupos que não correspondem ao ideal heteronormativo e/ou às expectativas de gênero hegemônicas.

Recentemente, soube de uma situação em que uma estagiária de Serviço Social que atuava na área de infância e juventude, com adolescentes em conflito com a lei, a partir de relatos proferidos pelos próprios adolescentes, intencionou realizar um estudo monográfico sobre as práticas homossexuais dos mesmos. Os relatos diziam respeito a adolescentes que mantinham práticas homoeróticas por sua própria vontade e alguns que o faziam em troca de cigarros, outros bens de consumo e/ou vantagens imateriais. Sua intenção era compreender e dar visibilidade a estas práticas dentro de uma instituição socioeducativa, na perspectiva preconizada pelo atual projeto ético-político da profissão, de garantia de direitos. Ela não pôde realizar o trabalho, entre-

tanto, porque encontrou forte resistência ao tema por parte do corpo técnico. Segundo ela, os profissionais declaravam que, como algumas vezes, as práticas homossexuais eram violentas, eles poderiam ser "incrimidados" por omissão. A postura do serviço social neste caso, embora concordasse com a aluna acerca da relevância do tema, foi dissuadi-la.

De forma não muito diversa, no espaço universitário, acompanhei as resistências enfrentadas por uma aluna que decidiu realizar sua monografia de conclusão de curso sobre as trajetórias de trabalho e exclusão social das travestis participantes de um projeto da política de assistência social, após realizar um trabalho com a mesmas para uma disciplina do curso⁵. A aluna, que se tornou também orientanda, recebeu de alguns professores, críticas como: "este não é um tema para assistentes sociais...", "uma aluna com o seu desempenho não deveria perder tempo com esta bobagem...", entre outras falas sustentadas sobretudo na suposta irrelevância temática do objeto para a atuação profissional. Entendo que é o sexismo/homofobia destes professores que está subjacente a este tipo de argumento. A suposta irrelevância temática não se sustenta já que, felizmente, a população LGBT não está apartada do restante da população para quem o/a assistente social tem o dever profissional de viabilizar direitos civis, políticos e sociais. Travestis devem portanto ser reconhecidos como sujeitos de pesquisa para a categoria, em conformidade com os princípios éticos e no sentido a partir do qual a pesquisa vem sendo compreendida pelo curso⁶. Felizmente, o conjunto das competências da aluna (e o apoio oferecido por outros professores) fez com que concluísse uma monografia avaliada de forma muito positiva pela banca examinadora e apresentada em variados fóruns acadêmicos desde então, inclusive os do movimento organizado de travestis e transexuais.

⁵ A disciplina era **Serviço Social e movimentos sociais**, disciplina que nas escolas em que integra a grade curricular, têm sido um dispositivo para a aproximação dos alunos de temáticas pouco ortodoxas na literatura da profissão.

⁶ Para Setúbal (2002, p. 46), em conformidade com a tradição marxista, "dependendo da sua identificação com setores da sociedade, e essa não é uma situação específica do Serviço Social, o conhecimento ou pode ser favorável e reafirmar o poder instituído, ou pode ser desvendador das situações conflituosas existentes nas relações sociais, muitas vezes camufladas pelas políticas do governo concretizadas pelos programas assistenciais".

Outra situação frente a qual os assistentes sociais atuantes nos sistemas penitenciários rotineiramente são confrontados, refere-se à presença de casais homossexuais e de lésbicas nos presídios e penitenciárias, bem como com a possibilidade de realização ou não de visita íntima por parceiros/as do mesmo sexo. Nestas instituições, outra questão freqüentemente perturbadora, é dos/as travestis que mantêm uma performance de gênero discordante com a do seu sexo biológico. Freqüentemente, tais profissionais assumem uma atitude de indiferença à violação de direitos inerente ao não-reconhecimento das uniões homossexuais naqueles espaços, à negação do direito à visita íntima e naturalizam a violência em função da travestilidade. Outros/as assumem uma "clássica" função de ajustamento da população LGBT, de modo que não "arrume problema" no sistema.

Na política de saúde, a ausência da percepção da "orientação sexual" dos sujeitos e/ou a deliberada negação da mesma, tem sido geradora de negligência, discriminação e mesmo comportamentos propriamente violentos. Acompanhei certa vez por parte de assistentes sociais (bastante comprometidos ética e politicamente e teoricamente capazes), uma situação em que estes, ao realizarem o acompanhamento de um usuário soropositivo internado por muitos meses numa unidade de saúde, **jamaiz** identificaram que o "sobrinho" que durante todo o tempo fora o acompanhante, era na verdade o parceiro afetivo-sexual, embora tivessem estabelecido com ambos uma sólida vinculação. A princípio, tal situação poderia não representar nenhuma violação de direitos, exceto pelo fato de que o paciente veio a óbito e a direção do hospital declarou a impossibilidade do sepultamento pelo então (desesperadamente) auto-declarado parceiro afetivo-sexual dele, "por não haver vínculo familiar"(SIC). O hospital não tinha necrotério e o que se seguiu foi uma corrida contra o tempo para a localização da família de origem (que morava em outro estado) e o acionamento de uma série de estratégias políticas e legais em parceria com ONGs GLBT para assegurar o sepultamento, ao final, bem sucedido. Todavia, todo o desgaste da situação poderia ter sido evitado e o planejamento das ações realizado, mediante uma única pergunta, que não foi feita. O argumento dos assistentes sociais para não fazê-la, foi seu possível potencial ofensivo.

Pessoalmente, como ex-técnica municipal junto a pessoas em situação de rua, como parte das atribuições relacionadas à política nacional de assistência social, pude testemunhar a situação de crianças/adolescentes com práticas homossexuais, freqüentemente viciados e abusados sexualmente nas ruas do Rio de Janeiro. Nos abrigos para adolescentes, embora existisse uma convenção implícita de que os/as travestis de ambos os sexos deveriam ser encaminhados da rua a um mesmo abrigo -que desta maneira tornou-se uma espécie de "abrigo GLBT"- isto jamais era debatido como uma situação séria pelos técnicos e gestores, assistentes sociais ou não. A possibilidade de que este abrigo pudesse funcionar de forma protetiva e promotora da saúde e dos demais direitos dos/as mesmos/as perdia-se na negação da questão.

Os exemplos apresentados são apenas ilustrações da ampla variedade de espaços em que a orientação sexual torna-se uma questão. Poderíamos discutir outras, relativas à esfera previdenciária, trabalhista, educacional, habitacional, de segurança pública, etc. Todas elas, esferas onde a presença do serviço social se efetiva cotidianamente. É preciso atuar na transformação das culturas institucionais, portanto. Isto exige sensibilização, informação e treinamento para novas atitudes e é uma decisão fundamental para a extensão dos direitos de cidadania a este público.

A diretriz ético-política de combate à homofobia

Cabe neste artigo uma reflexão: o que é preciso para fazer da ética um parâmetro nos locais de trabalho, na relação com os demandatários dos nossos serviços e no contato com outros assistentes sociais e profissionais dispostos ao trabalho multiprofissional (Sales, 1999, p. 145); tendo-se em conta a necessidade do enfrentamento da homofobia?

Nas últimas décadas, o serviço social brasileiro caminhou para o amadurecimento do seu projeto ético-político⁷ e para um entendimento de que o campo das orientações éticas é permanentemente atravessado pela classe social e por "determinações de outra natureza" (Netto, 1999, p. 94), como o

⁷Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços" (Netto, 1999, p. 95).

gênero, culturais, étnicas, etárias, etc. Por isso mesmo, compreende-se que a ética é desafiada a propor um horizonte mais humano, justo e igualitário. Sobre o atual projeto ético-político dos assistentes sociais, Cardoso & Maciel descrevem-no como tendo:

... a perspectiva de superação da sociedade capitalista e construção de uma nova sociabilidade, que tem como horizonte a emancipação humana (...) embora constitua a direção hegemônica nas dimensões da formação profissional, produção intelectual e organização política, ainda não se imprimiu com a mesma força em relação à prática interventiva propriamente dita (Cardoso & Maciel, 2000, p. 141).

Apesar da sua onipresença, a ética é esquecida em muitos espaços cotidianos onde se desenvolvem questões férteis para as discussões ético-políticas (Sales, 1999, p. 139-140). São questões portanto, que **também** envolvem o direito à vida da população GLBT, seus direitos, sua liberdade, sua solidão, seu medo, as punições que experimenta, suas condições de trabalho, a forma como se dá a satisfação de suas necessidades, sua cor, sua linguagem, religião, a forma como se reproduz, entre outras. Tais discussões exigem reflexão, sabedoria e discernimento para mediar relações contraditórias, interesses diversos, oposições e até antagonismos milenares, buscando encontrar as melhores soluções e valores, que assegurem a preponderância da razão, o direito à diferença, à liberdade e ao pluralismo. Enfrentá-las, entretanto, é uma condição sine qua non da própria sobrevivência da sociedade, da humanidade e da civilização.

A ética das profissões é "a reflexão que cada grupo profissional pode fazer sobre si mesmo relativamente à sociedade (...) e depende justamente da relação entre o particular e o geral, e vice-versa, politizando, portanto a atuação profissional" (Simões, 2000, p. 69). Uma das formas de expressão da ética profissional é o Código. Um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do assistente social, validado pela categoria a partir de 1993, afirma a necessidade do "empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças" (Conselho Federal de Serviço Social, 2008).

Durante a década de 1990, na condição de aluna de graduação da FSS/UERJ, testemunhei o empenho de alguns professores em promoverem no escopo das discussões sobre família, uma perspectiva plural e a incorporação de temas pouco usuais na formação àquela altura, como a sexualidade, as relações raciais e de gênero⁸. Antes dos anos 2000, a discussão da homossexualidade já transitava nos interstícios profissionais, de maneira freqüentemente informal. A definição da homofobia como "ódio, rejeição ou medo de alguém por causa de sua orientação sexual" só apareceu pela primeira vez numa publicação do CRESS 7a R⁹ em setembro de 2000, numa matéria de capa do jornal *Práxis*.

Ainda na década de 1990 a introdução da disciplina *Serviço social e movimentos sociais*, a partir de mudança curricular na graduação da FSS/UERJ, em 1993, trouxe de forma inédita para alguns alunos, a experiência de aproximação com o movimento GLBT¹⁰ que então começava a ter maior visibilidade a partir da realização das primeiras paradas do orgulho (apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo), através de trabalhos de campo¹¹. É preciso não esquecer que, já naquele momento, a AIDS fornecia à sexualidade a gravidade necessária para que fosse mais incorporada como objeto de discussão formal nas ciências da saúde e sociais em geral¹².

O movimento estudantil de Serviço Social (MESS) também teve um papel estratégico, embora assistemático, na preocupação com a abordagem da diversidade sexual na formação profissional do assistente social. Já em 1986,

⁸ Destaco em especial os professores Marco José Duarte e Mônica Torres que introduziram entre as disciplinas eletivas, a disciplina "Família e sociedade", a professora Carla Almeida que introduziu a primeira investigação sobre relações de gênero da faculdade e a professora Magali Almeida que trazia a discussão racial entre as disciplinas chamadas "seminários".

⁹ Desconheço se em jornais ou informativos de outros Conselhos Regionais de Serviço Social houve alguma reportagem do gênero. A julgar pelo papel de vanguarda que o Serviço Social carioca e fluminense ocupou muitas vezes na história política da categoria, tendo a achar que a tematização da homossexualidade em publicação do CRESS também foi pioneira no Brasil.

¹⁰ Para maior aprofundamento da trajetória do movimento gay no Brasil, ver Almeida (2005).

¹¹ Devo dizer que eu fui uma das alunas que interceptei o professor Marco Duarte pelos corredores em busca de uma rara bibliografia que nos permitisse a realização do trabalho.

¹² Na ESS/UFF vale destacar também o professor João Bosco Hora Góis que, no começo da década de 2000 em trabalho interdisciplinar estruturava um Núcleo de Estudos da Homossexualidade com atividades na própria escola e fora.

o Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) discutiu pela primeira vez sexualidade e homossexualidade e, desde então, tornaram-se comuns nos encontros regionais e nacionais do MESS, a organização de oficinas e palestras sobre o tema, na maioria das vezes, limitadas à discussão das identidades sexuais.

A forte e histórica presença de lésbicas, gays e bissexuais nos cursos de graduação em Serviço Social¹³ também contribuiu para que no MESS surgissem espaços informais e redes de articulação deste público. Era comum que nos encontros regionais e nacionais do movimento, os alojamentos de estudantes instalados em vários lugares do país, houvesse uma divisão das salas a partir das sete regiões (geográficas) em que o movimento se distribuía. Na mesma época, era comum que um dos alojamentos chamado distintivamente de "Região 8" (inexistente de fato), fosse reservado às lésbicas, gays e bissexuais participantes do Encontro.

A "Região 8" funcionava como um território em que gays, lésbicas e "simpaticizantes" conversavam, discutiam política e dormiam. Lá, muitas vezes, casais de gays e lésbicas se formavam. O clima libertário era tão atraente, que muitas vezes agradava também a casais heterossexuais que se constituíam dentro ou fora dos encontros e viam na R8 a possibilidade de dormirem juntos sem a censura dos demais estudantes. Houve mesmo uma certa ocasião, em que de forma ostensivamente jocosa, a R8 lançou um manifesto que circulava xerografado de mão em mão pelo encontro. No manifesto, como nas demais articulações dos/as estudantes lésbicas, gays ou bissexuais não havia exatamente um corpo de demandas políticas articulado a ser defendido. Tratava-se muito mais de uma performática ocupação política, construída de uma forma anárquica e criativa e não a clássica manifestação de um movimento social organizado. Hoje, acredito que a existência da R8 (que parece ter se extinguido atualmente), pode ser compreendida como um modesto prenúncio no microcosmo da juventude universitária de então, do alargamento do ideário da igualdade em direção

¹³Lembro especialmente de uma gestão da ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) em que dos quatro integrantes, duas eram auto-declaradas lésbicas e um dos homens, gay. Isto não significava que a entidade na ocasião elegeesse o tema como uma frente de trabalho político.

à equidade. Este alargamento viria a dar o tom do que efetivamente ocorreria na sociedade brasileira a partir dos anos 1990, com a enorme exposição pública do movimento LGBT e de outros, como o de mulheres, o racial, etc.

Na contramão de uma tendência hegemônica ao conservadorismo contemporâneo de muitos, expressivos e agressivos segmentos da sociedade, e do "conservadorismo sexual" em especial, algumas categorias profissionais vêm, de algum tempo para cá, assumindo um posicionamento mais incisivo em relação à questão da orientação sexual. Trata-se de uma discussão que se recobre de um significado maior quando se fala de categorias profissionais que lidam diretamente com o/a usuário/a nas suas diversas áreas de atuação social.

Nesta direção, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou a Resolução 01/99 que proíbe a ingerência de qualquer psicólogo na tentativa de cura de homossexuais. A existência daquela Resolução mostrou mais do que nunca sua pertinência na ocasião em que o Projeto de Lei 717/2003 foi votado e recusado pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). O referido projeto, do deputado evangélico Edino Fonseca criava, no âmbito do Estado do RJ, um programa público de auxílio às pessoas que voluntariamente optassem pela mudança de sua orientação sexual, da homossexualidade para a heterossexualidade. É sabido que a existência da Resolução ao lado do forte empenho do movimento GLBT e do compromisso ético de muitos psicólogos ligados aos conselhos de psicologia, contribuíram para o sucesso em breçar o projeto, que além de violações éticas e no campo dos direitos humanos, destinava dinheiro público para clínicas privadas de procedência certamente duvidosa para a realização dos "tratamentos".

Em direção semelhante, embora retardatária, em 2006, o CFESS em parceria com os Conselhos Regionais de Serviço Social, lançou uma "campanha pela livre orientação sexual" durante o 34o Encontro Nacional CFESS/CRESS, em colaboração com entidades nacionais do movimento GLBT. A campanha fundamentou-se no Código de Ética (respeito à diversidade, estímulo à participação de grupos socialmente discriminados e discussão das diferenças). Ela deu continuidade ao lançamento pouco anterior da Resolução 489/2006 do CFESS, que estabeleceu normas "vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo

sexo, no exercício profissional do assistente social", regulamentando princípio inscrito no Código de Ética de 1993.

A "declaração de princípios" inerente ao *caput* da Resolução permite entrever um certo temor de que a admissão da orientação sexual como aspecto fundamental possa comprometer a afirmação da assimetria entre as classes sociais como a questão prioritária a ser enfrentada pela categoria, por isto, ela é politicamente cuidadosa ao associar a questão à importância de "disseminar uma cultura crítica dos direitos humanos, diferenciando-a da abordagem liberal-burguesa". A Resolução afirma a existência de "diferentes modalidades de preconceito e discriminação expressas nas relações sociais e profissionais" e que estas modalidades produzem uma "naturalização da invisibilidade das práticas afetivos-sexuais entre pessoas do mesmo sexo". Apóia-se ainda na "necessidade histórica que têm os indivíduos de decidir sobre sua afetividade e sexualidade", o que a prática profissional precisa potencializar através de ações que favoreçam a reflexão e o debate ético sobre o "sentido da liberdade".

Entre os oito artigos que compõem a Resolução, o primeiro refere-se à necessidade de que o próprio assistente social se abstenha de práticas e condutas policiaiscas, discriminatórias ou preconceituosas no que tange à orientação sexual. Tal conteúdo é ratificado pelo quarto artigo que proíbe ao mesmo, que utilize técnicas ou instrumentos para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas ou estereótipos relacionados ao assunto. O segundo, o terceiro e o quinto artigo têm uma abordagem menos restritiva e mais afirmativa da necessidade de que o profissional tome atitudes que afirmem o sentido da liberdade e do respeito à decisão dos indivíduos sobre sua sexualidade/afetividade (**contribuir para a reflexão ética**); que busque **eliminar no seu espaço de trabalho práticas discriminatórias e preconceituosas** toda vez que tiver conhecimento ou presenciar atos desta ordem; e que o profissional **denuncie ao CRESS** pessoas jurídicas privadas ou públicas ou pessoas físicas que sejam coniventes ou pratiquem atos discriminatórios desta natureza. Os outros três artigos decidem sobre as ações dos CRESS a partir de denúncias.

Apesar do forte comprometimento estabelecido pela Resolução 489/2006 a ser assumido pelos CRESS, à época do lançamento da campanha, eram

fortes os rumores confirmados pela professora Maria Helena Tavares (PUC-RJ)¹⁴ no evento que deu origem a este artigo, de resistência de vários conselhos regionais em adotarem a perspectiva da campanha e da Resolução, por discordarem da realização das mesmas.

Por isso mesmo, no aspecto ético-político desta discussão, muito ainda cabe ser feito pela categoria a fim de garantir capilaridade a ela, de ampliar os esforços para fortalecimento dos estudos e pesquisas e das iniciativas políticas, sobretudo ultrapassando nos fóruns de discussão -acadêmicos ou não- a discussão pura e simples das identidades e do "preconceito genérico", em direção à elaboração dos rumos para uma cultura de respeito e valorização da diversidade de comportamentos e ideologias, através de espaços realmente plurais.

Não estou bem certa se a força da Resolução e de uma campanha é suficiente para transformar ideologias fortemente conservadoras presentes na profissão e que, ao contrário do que se poderia cogitar, não se circunscrevem a gerações mais velhas de assistentes sociais. Pessoalmente testemunhei numa mesa-redonda realizada pelo Diretório Acadêmico há alguns anos atrás no campus do *Gragoatá* da UFF, em comemoração ao dia internacional da mulher, uma situação bastante constrangedora. Como havia na mesa uma escritora de um romance lésbico, em dado momento um dos estudantes de Serviço Social levantou-se e, com a Bíblia em punho, fez uma preleção à mesa sobre os pecados de Sodoma e Gomorra e sobre a impropriedade dos "eunucos" (em referência às lésbicas).

Chama-me a atenção também, a partir de minha inserção passada como aluna e atual como docente, a inexistência de travestis e transexuais nos nossos cursos de graduação (públicos e privados), apesar da evidente proletarização destes cursos¹⁵. A ausência desta parcela da população GLBT, a resistência deliberada à campanha do CFESS, assim como a escas-

¹⁴Na condição de conselheira, a mesma acompanhou de perto a disseminação da campanha e os debates que foram travados nos vários estados.

¹⁵Sabe-se que os/as travestis e transexuais se encontram mais freqüentemente nas camadas populares e mais excluídas da sociedade e são menos comuns nas demais classes sociais, por razões evidentemente sociológicas. É de se cogitar portanto, porque apesar dos cursos de serviço social, inclusive nas escolas privadas, recrutarem alunos algumas vezes muito pobres, os/as travestis e transexuais, ainda assim não tenham acesso ao curso.

sez de estudos e pesquisas sobre o assunto no Serviço Social e o status periférico que as discussões sobre homossexualidade ainda gozam na categoria, apontam-nos a pertinência e a atualidade da crítica do professor Marco Duarte, quando afirma que:

... numa profissão majoritariamente feminina [a discussão da homossexualidade] poderia até contribuir para a questão do imaginário da mulher, mas isto implica correlações subjetivas e de identidade. O assunto acaba ficando, então, guardado no armário, e se dá prioridade a discussões macropolíticas sobre o Estado, a sociedade civil, violência, movimentos sociais etc. Do ponto de vista micropolítico, a categoria se esforça em ser progressista. Mas ainda tem um cerne muito conservador e, assim como a maioria da população, também discrimina, rotula, qualifica e hierarquiza os segmentos populacionais que atende (Práxis, 2000, p. 9).

A influência contemporânea na profissão de seguidores de algumas religiões de tradição abraâmica¹⁶, especialmente do catolicismo e do protestantismo neopentecostal, é muitas vezes um impedimento concreto aos avanços desta discussão e à incorporação da Resolução (por estas considerarem em sua maioria, a homossexualidade não só como pecado, mas como "doença" passível de cura). Por outro lado, nem sempre é a influência religiosa a única a impedir o avanço destas discussões e encaminhamentos. É importante lembrar que até nos limites da "moral revolucionária" presente no pensamento de Karl Marx, havia também uma forte influência do pensamento cristão (Valls, 1994, p. 39). A desvalorização da discussão e/ou a negação do fomento à pesquisa e à intervenção neste âmbito e a não-abertura de espaços de debate são comportamentos freqüentes na profissão, mesmo por parte dos assistentes sociais que se afirmam não-religiosos.

¹⁶ Filio-me ao entendimento de Valls, para quem "a religião trouxe progresso moral à humanidade, mas também provocou e provoca fanatismos religiosos que ajudam a obscurecer a mensagem ética profunda da liberdade, do amor e da fraternidade universal, pois serviu [e serve] de estímulo para os filósofos e moralistas". Além disso, suas influências "não explicavam muito bem o que entendiam por carne (sinônimo de pecado) e foram responsáveis em várias épocas por um moralismo centrado nas questões de sexo" (1999, p. 37).

Os CBAS: uma amostra da relevância que o tema tem obtido no maior fórum da categoria

Apresentarei a seguir os resultados de uma breve pesquisa exploratória que realizei a partir de levantamento documental dos anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), realizados em 2001 e 2004¹⁷. Meu objetivo foi verificar com que frequência o tema da "sexualidade" aparecia nos trabalhos inscritos e apresentados oralmente ou em pôsteres por assistentes sociais de todo o Brasil. Por ser o CBAS o maior fórum da categoria, acredito que a produção nele condensada possa, mais que qualquer outra, expressar a importância que alguns temas têm para o conjunto dos profissionais. Os trabalhos do CBAS, em sua maioria, constituem-se de esforços de estudo e pesquisa e/ou de sistematização das práticas institucionais.

Como muitos trabalhos que efetivamente tratavam de temas relativos à sexualidade estavam dispersos em outros eixos temáticos e não no eixo "gênero, raça/etnia e sexualidade", fiz um levantamento em cada um dos eixos temáticos, de trabalhos que pudessem estar relacionados à sexualidade. Para isso, tomei como padrão para o estabelecimento de categorias empíricas o levantamento realizado por Vianna & Lacerda sobre direitos e políticas sexuais no Brasil (2004). Assim, as categorias escolhidas foram as que estão dispostas na primeira coluna à esquerda da tabela 1, abaixo apresentada.

A tabela apresenta os dados do X CBAS, realizado em 2001, que contou com 15 (quinze) eixos temáticos assim distribuídos: 1) infância e juventude; 2) seguridade social - saúde; 3) seguridade social - previdência e geral; 4) seguridade social - assistência social; 5) questão urbana, movimentos sociais e meio ambiente; 5) ética, política e DH; 6) etnia, gênero e orientação sexual; 7) trabalho e formação profissional; 8) velhice e pessoa portadora de necessi-

¹⁷ Como a pesquisa foi realizada de maneira informal e a partir de meu próprio trabalho de tabulação dos dados, ainda não houve tempo hábil para fazê-lo com os dados do último XII CBAS, de 2007. Cabe destacar que a partir de 2001 é que foi incluído nos CBAS o eixo de apresentação de trabalhos denominado "Gênero, Raça/etnia e Sexualidade". Até então, trabalhos com estas temáticas ficavam dispersos em outros eixos. A ausência de tal eixo em CBAS anteriores é um dos indicadores de que tais temas não gozavam de grande prestígio anteriormente e se impuseram na agenda da categoria na década de 2000, em função dos desdobramentos dos mesmos na cena pública brasileira.

dades especiais; 9) família e sociedade; 10) Serviço Social e sistema sociojurídico; 11) Serviço Social: cultura, educação e arte; 12) Serviço Social e relações de trabalho; 13) Trabalho, direitos e democracia; 14) Questão agrária, meio ambiente e movimentos sociais.

Tabela 1
Distribuição dos trabalhos apresentados no X CBAS por áreas temáticas do campo dos direitos sexuais e reprodutivos

Temáticas	EXOS DO X CBAS - Rio de Janeiro - 2001															TOTAIS
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
Orientação sexual	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Prostituição, turismo sexual	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Exploração sexual infanto-juvenil	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Violência sexual infanto-juvenil	8	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	11
Nupcialidade, divórcio, separação, adultério, pensão	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Direitos reprodutivos (aborto, esterilidade, contracepção, adoção, pré-natal, PSF, aleitamento)	2	7	0	0	0	0	4	0	0	0	4	0	0	0	0	17
DST/Aids	1	4	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	9
Identidades de gênero: feminilidade e masculinidade	1	0	0	0	1	0	3	0	1	1	0	0	1	1	0	9
Sexualidade e raça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexualidade e juventude: iniciação, virgindade, gravidez, educação sexual	6	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	1	0	0	0	10
Ciências e sexualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexualidade e envelhecimento	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Religiões e sexualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mídia e sexualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direitos e violência de gênero	1	0	0	0	0	1	11	0	0	2	0	0	0	0	0	15
Totais de trabalhos sobre sexualidade (comunicações orais)											(14,18%)					83
Totais de trabalhos do X CBAS (comunicações orais)																585

Uma primeira consideração a que a tabela 1 nos remete é, sem dúvida alguma, a baixa expressividade dos trabalhos sobre sexualidade em geral: menos de 15% do total. É possível observar igualmente que o número mais expressivo de trabalhos sobre sexualidade refere-se ao tema dos direitos reprodutivos (aborto, esterilidade, contracepção, adoção, pré-natal, Programa de Saúde da Família e aleitamento). A reprodução é, portanto, um tema

que goza de um *status* de centralidade se comparado a qualquer outro abordado pelos assistentes sociais. Mais do que a reafirmação da finalidade histórica das políticas sociais de reprodução biológica (como parte da reprodução social) dos trabalhadores, o dado nos permite cogitar um certo compromisso ético-político dos assistentes sociais com a forma hegemônica com que a sexualidade tende a ser tratada por discursos como o religioso e mesmo o discurso médico, como indissociável da reprodução¹⁸.

O tema do abuso e da violência sexual infanto-juvenil é o segundo tema em sexualidade mais trabalhado pelos/as assistentes sociais, reiterando-se aí uma visão da sexualidade como "problema" e o imperativo da intervenção profissional quando se efetiva uma violação neste campo. A violência sexual, todavia, ganha maior relevância apenas quando dirigida a crianças e adolescentes, e não a outros grupos.

O terceiro tema mais abordado pelos/as assistentes sociais foram as questões relativas à juventude, à iniciação sexual, virgindade, gravidez na adolescência e educação sexual. A julgar pela forma como estes temas emergem no contato diário que estabeleço com discentes, percebe-se em geral nestes trabalhos, a reiteração de uma relação de tutela/controle da sexualidade juvenil, entendida muitas vezes numa perspectiva naturalista (essencialista) da sexualidade, como uma "força descontrolada" a ser trabalhada de forma que não represente "prejuízos" para os jovens e suas famílias. O que muitas vezes esta perspectiva oculta, é sua pretensão **controladora** da natalidade, ao menos para este público, e o não reconhecimento dos seus direitos sexuais e reprodutivos. Para Francisco & Cardoso (1995, p. 8), a dimensão do controle no processo de trabalho dos assistentes sociais se expressa, por exemplo, nas rotinas de trabalho, nos critérios de elegibilidade, na organização do trabalho institucional feita pela administração, na divisão entre concepção e execução representada pela subordinação da profissão na institucionalização de normas de comportamento dos usuários e do profissional, caracterizando o componente disciplinador.

¹⁸ Associo esta reiteração a afirmação de Veloso, de que ocorre "a prevalência de um discurso profissional entre os assistentes sociais de mera repetição de ideologias oriundas do pólo instituído" (1995, p. 40).

O Social em Questão

O quarto tema mais explorado foram os trabalhos sobre DST e Aids. A expressividade do tema no Serviço Social ainda é tímida se comparada à produção de outros campos, dada a relevância pública e as implicações sociais da epidemia de Aids e a pluralidade de questões relativas aos comportamentos que põem em tela. A difusão do conceito de vulnerabilidade social ao HIV contribuiu significativamente para uma crescente visibilidade do tema nas ciências sociais, como demonstra Parker (2000, p. 102-104).

Dignos de nota são os estudos das relações de gênero, da feminilidade e da masculinidade, tanto os voltados aos usuários quanto os construídos a partir de análises da própria profissão. A crescente incorporação do gênero como uma forma de organização da sociedade a ser considerada nas análises críticas é reafirmada em discussões também da violência de gênero (não-sexual). Vale notar a baixa expressividade de temas como prostituição, exploração sexual, turismo sexual, envelhecimento e nupcialidade/divórcio, que têm merecido bastante atenção pela sua relevância social em outras áreas de conhecimento e intervenção profissional.

Também é interessante notar a total ausência de trabalhos sobre raça, de discussões sobre as abordagens teórico-metodológicas da sexualidade, da religião e da mídia, que também têm suscitado debates crescentes em outros campos profissionais.

Quanto à orientação sexual, fizeram parte do X CBAS apenas 5 (cinco) trabalhos circunscritos ao eixo "etnia, gênero e orientação sexual". Todos eles eram produções estritamente acadêmicas sobre homossexualidade e não reflexões sobre a intervenção profissional.

Quanto aos eixos do XI CBAS, de 2004, estes foram em certa medida modificados e ampliados, tornando-se 17 (dezesete) e ficando assim dispostos: 1) Estado, direitos e democracia; 2) seguridade social; 3) direitos geracionais; 4) questões de gênero, raça, etnia e sexualidade; 5) Direitos e garantias de pessoas com deficiência; 6) família e sistemas de proteção social; 7) Questão urbana e direito à cidade; 8) questão agrária e acesso à terra; 9) desenvolvimento regional, meio ambiente e direito à vida; 10) direitos humanos e segurança pública; 11) políticas alternativas de geração de trabalho e renda; 12) sociedade civil e construção da esfera pública; 13) o projeto ético-político, trabalho e formação profissional; 14) Ética e Serviço Social; 15) Serviço Social, educação e expressões artísticas; 16) Serviço Social e

sistema sócio-jurídico; 17) Serviço Social e as relações de trabalho.

Uma primeira consideração sobre os trabalhos do XI CBAS é que se manteve a baixa expressividade dos trabalhos sobre sexualidade em geral, embora o número tenha avançado aproximadamente quatro pontos percentuais em relação ao anterior, totalizando menos de 19%. É possível observar que o número mais expressivo de trabalhos sobre sexualidade, não foi mais o referente ao tema dos direitos reprodutivos, embora este tenha sido o segundo maior em expressividade (a reprodução permaneceu gozando do status de centralidade de que já falamos anteriormente). O tema do abuso e da violência sexual infanto-juvenil foi o primeiro tema mais trabalhado em sexualidade pelos/as assistentes sociais, reiterando-se a necessidade de intervenção em sexualidade apenas quando esta constitui um "problema", uma violação e não como parte dos direitos de cidadania. Este avanço, contudo, pode representar o aumento da empregabilidade de assistentes sociais em programas governamentais de enfrentamento desta questão.

As questões relativas à juventude, à iniciação sexual, virgindade, gravidez na adolescência e educação sexual perderam algum terreno para outros temas como DST e Aids, que dobraram o número de trabalhos após três anos.

Embora aparentemente os estudos das relações de gênero¹⁹, da feminilidade e da masculinidade, tanto os voltados aos usuários quanto os construídos a partir de análises da própria profissão, tenham estabilizado (na verdade tiveram um trabalho a menos), a crescente incorporação do gênero como uma forma de organização da sociedade a ser considerada nas análises críticas, manteve-se em crescimento em discussões como a violência de gênero (não-sexual).

A baixa expressividade do tema "prostituição" e turismo sexual foi revertida com o aparecimento de sete trabalhos especificamente focados no tema, embora a exploração sexual infanto-juvenil tenha permanecido inexpressiva, assim como a sexualidade no envelhecimento e as discussões em torno da nupcialidade/divórcio. Permanece total a ausência de trabalhos sobre raça e religião, surge um trabalho sobre as abordagens teórico-metodológicas da sexualidade e um sobre mídia.

¹⁹ Predomina a compreensão/aplicação deste conceito nestes trabalhos "para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas" para as diferenças entre os sexos (Scott, 1990, p. 4).

Tabela 2
Distribuição dos trabalhos apresentados no XI CBAS por áreas temáticas do campo dos direitos sexuais e reprodutivos

Temáticas	EXPOS DO XI CBAS - Fortaleza - 2004																	Totais
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
Orientação sexual	0	1	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	7
Prostituição, turismo sexual	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	7
Exploração sexual infanto-juvenil	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Violência sexual infanto-juvenil	1	1	18	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	23
Nupcialidade, divórcio, separação, adultério, pensão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Direitos reprodutivos (aborto, esterilidade, contracepção, adoção, pré-natal, PSF, aleitamento)	0	7	0	10	0	1	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	21
DST/Aids	0	6	1	5	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	16
Identities de gênero: feminilidade e masculinidade	0	1	0	4	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Sexualidade e raça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexualidade e juventude: iniciação, virgindade, gravidez, educação sexual	0	0	2	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Ciências e sexualidade	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sexualidade e envelhecimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Religiões e sexualidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mídia e sexualidade	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Sexualidade e doenças (obesidade, câncer etc)	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Direitos e violência de gênero	0	0	0	14	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	17
Totais de trabalhos sobre sexualidade (comunicações orais e pôsteres)													(18,83%)	200				
Totais de trabalhos do XI CBAS (comunicações orais e pôsteres)														1062				

Surgiram igualmente três trabalhos discutindo os efeitos na sexualidade de determinadas doenças, como o câncer de mama e a obesidade.

Quanto à orientação sexual fizeram parte do XI CBAS apenas sete trabalhos - dois a mais que o CBAS anterior. É interessante observar uma ligeira alteração dos eixos em que os trabalhos estavam inseridos. Embora cinco deles permaneçam circunscritos ao eixo "etnia, gênero e orientação sexual", dois foram apresentados no eixo "seguridade social" e no eixo "Serviço Social no campo sociojurídico". Predominaram ainda as produções estritamente acadêmicas sobre homossexualidade²⁰.

Desta pesquisa exploratória foi possível perceber a urgente necessidade de apoio à realização de estudos e a constituição de linhas e grupos de pesquisa sobre o tema, sobretudo tendo como "matéria-prima" a atuação profissional, o estímulo à sua realização pelos alunos e a necessidade de incorporação de literatura das ciências sociais sobre o tema, já que a produção do serviço social neste âmbito, é muito modesta.

A produção de reflexões sobre a homossexualidade, a lesbianidade, a travestilidade e a transexualidade pelos/as assistentes sociais, pode nos permitir evitar agir de maneira irrefletida e não ceder ao culto da ação pela ação (desprezo pela função intelectual que pode levar ao irracionalismo e até às posturas fascistas. Vale lembrar como Setubal descreve a prática de pesquisa nos moldes do atual projeto ético-político: "dentro de uma intencionalidade consciente que colocamos como núcleo de nossa problemática a pesquisa, como experiência vivida pelo serviço social e chamamos para a interlocução os sujeitos componentes de nossa amostra" (1995, p. 36).

Considerações finais

É crescente a preocupação em compreender a orientação sexual na interseção com outros sistemas de hierarquia e dominação, como a classe social, o gênero, a raça e a geração. Já se sabe que estes sistemas combinam-se de formas originais no cotidiano de indivíduos ou grupos e que estas combinações

²⁰ São monografias, dissertações, teses de alunos/as de pós-graduação, mestrado ou doutorado e/ou projetos de pesquisa de poucos docentes de universidades públicas.

podem projetar estes indivíduos e grupos a situações de exclusão social que variam muito na sua gradação e incidência. Dar visibilidade a estas combinações em estudos e esforços de sistematização da prática precisa ser um empreendimento assumido pela profissão.

As identidades sexuais e de gênero têm sempre e **necessariamente** significados políticos. Quem fala de homossexualidade, por exemplo, não fala de algo que se vive apenas entre quatro paredes. Fala de uma representação social que abrange todas as expressões da vida dos sujeitos e onde o livre arbítrio é apenas uma das faces da questão. Ultrapassar a perspectiva liberal-burguesa na defesa dos direitos humanos deste público é pensar tais identidades e o impacto delas na esfera pública, para além do acolhimento puramente individual realizado nas instituições. É preciso se aproximar das formas originais e complexas pelas quais estas identidades se conformam e se redefinem no cotidiano dos movimentos organizados, subsidiá-los e aproximá-los do cotidiano das instituições em que os/as assistentes sociais atuam como gestores ou técnicos, em especial nos conselhos de políticas (saúde, assistência social, educação, dos direitos da criança e do adolescente, entre outros). Trata-se de assumir o desafio de trabalhar em relação direta com movimentos sociais que buscam desconstruir o imaginário de que a população GLBT é forda-lei, desviada, doentia e pecadora.

Outra direção para a qual os/as assistentes sociais podem apontar o seu trabalho com este público é o *advocacy*²¹ no âmbito legislativo, contribuindo para a construção e participação política da população GLBT no que se refere à garantia dos seus direitos junto ao poder legislativo. Além disso, aprovada uma lei, isto não significa que por decreto será produzida uma mudança de comportamento. Conhecer e agir educativamente para o conhecimento e apropriação das leis pelo/a usuário/a é atividade do assistente social também

²¹O termo *advocacy* significa a busca de apoio para os direitos de uma pessoa ou para uma causa. Tecnicamente esse apoio pode envolver duas idéias básicas, se nos limitarmos apenas à questão dos direitos: 1) promoção de direitos, quando se visa ampliar o espectro de direitos já conquistados; 2) defesa de direitos, quando há risco de violação dos mesmos. No tocante ao apoio a uma "causa", este se constitui nas várias formas de proteção à qualidade de vida de pessoas em condição de vulnerabilidade pessoal ou social e conseqüente garantia de respeito a seus direitos (Azevedo, 2003).

com este público e o público em geral. Esta tarefa é fundamentalmente importante porque tem crescido a empregabilidade dos/as assistentes sociais nos municípios, em função do princípio constitucional da descentralização. Essa atuação é importante sobretudo nos municípios do interior, onde o movimento GLBT é menos expressivo e o policiamento dos comportamentos mais evidente, pois como afirmou Cláudio Nascimento, à época ativista do grupo Arco-Íris de Conscientização Homossexual: "os assistentes sociais têm também um papel fundamental nesta questão, porque são eles que vão estar no *front*, ajudando a pensar como dar respostas às situações de opressão identificadas no âmbito de seu trabalho" (Práxis, 2000, p. 7).

Além de contribuir com o fortalecimento do *advocacy*, é importante que o assistente social conheça as instituições que dão atendimento específico ao público GLBT (Disques Defesa, agências governamentais, serviços prestados por grupos ativistas e ONGs), a fim de que tanto o público quanto o profissional possam efetivar denúncias de violação e pensar parcerias em trabalhos preventivos/educativos.

É importante considerar que o público GLBT presta um grande serviço à reflexão sobre a atuação profissional contemporânea dos assistentes sociais, porque mais que outros, demonstra a impossibilidade de dissociar as demandas relativas à base material (infraestruturais) das relativas à superestrutura (subjetividade, ideologia, estigmas): "De que me adianta ter minhas necessidades básicas de vida supridas se ao passar pela rua sou agredido por ser gay?"²².

É preciso resistir à postura de submissão diante das fatalidades e imediatismos, aparentemente naturais e sem causalidades políticas definidas, que esta discussão, como outras, suscita. Isto implica em descobrir toda a potencialidade e peculiaridade do assistente social como ator no enfrentamento, muitas vezes, de situações-limite. A fim de que se possa dispor de um saber teórico-político e de instrumentais técnico-metodológicos para o

²² A pergunta foi formulada pelo atual superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Nascimento, então coordenador do grupo Arco-Iris de Conscientização Homossexual, em entrevista ao jornal Práxis do CRESS 7a R, em setembro de 2000.

exercício profissional também junto a este público, fundados em princípios e valores éticos (Sales, 1999, p. 145), é imprescindível a promoção de espaços de discussão do tema nas equipes técnicas e nos meios políticos e acadêmicos da categoria.

Como parte do esforço ético-político de analisar as situações e nelas intervir, por meio de um trabalho preventivo, quando se tem tempo e meios ou em caráter emergencial, é necessária a incorporação da discussão das relações de gênero e das sexualidades nos trabalhos educativos com crianças, adolescentes, adultos e idosos e todos os demais públicos. Para Cardoso & Maciel a função educativa do assistente social:

... caracteriza-se pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação das subjetividades e normas de conduta, elementos estes constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura (Gramsci, 2000, p. 142).

O assistente social precisa neste tema, como em outros, ser uma força de proposição que se expresse, por exemplo, em uma postura estimuladora do outing nas abordagens individuais e em grupo que realiza, bem como da discussão da inclusão do quesito "orientação sexual" nos prontuários sociais do serviços em que atua. A atenção e o respeito aos "novos" arranjos familiares, especialmente o reconhecimento da existência de famílias homoparentais é parte da clareza necessária ao reconhecimento de que o cotidiano é o território em que se realiza a práxis, em que se estabelece vínculos com a história e que exige uma atenção para a dimensão da totalidade.

Um ponto de partida igualmente essencial é a busca de informação consistente sobre a base dos direitos sexuais e reprodutivos nacional e internacional (especialmente do Programa Nacional de Direitos Humanos, do Brasil sem Homofobia e do resultado da Conferência Nacional GLBT em andamento) a fim de que possa ser disponibilizada, sempre que possível e necessário, à população usuária.

Trata-se de reconhecer que o assistente social pode participar da direção de processos de formação e difusão de outras concepções de mundo

através da prática interventiva e organizativa da categoria, o que não deve ser confundido de modo algum, com o superdimensionamento do conteúdo político da profissão, típico dos anos 1980, em que se confundia prática e militância (Maciel & Cardoso, 2000, p. 148) e/ou com práticas messiânicas (Iamamoto, 2000).

Enfrentar a homofobia ou qualquer de suas variantes pela profissão, só se torna possível na medida em que tomamos isto como uma tarefa coletiva, como um componente indissociável do projeto ético-político. A profissão precisa de forma crescente reconhecer a diversidade sócio-cultural da população demandatária de seus serviços. Não há como fazê-lo, todavia, sem uma genuína disposição dos sujeitos profissionais de refletirem sobre as questões de gênero e sexualidade, **também** produtoras de feridas autênticas e profundas na existência humana.

Recebido em dezembro de 2008, aceito para publicação em março de 2009.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Gláucia E. S. de. *Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do corpo lésbico face à possibilidade de infecção por DST/Aids*. Tese de Doutorado, IMS/UERJ, 2005.

ALMEIDA, Ney Luiz. "Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social", *Em Pauta - Cadernos da Faculdade de Serviço Social*, n.06. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

AZEVEDO, Maria Amélia. "Advocacy em rede". Instituto de Psicologia da USP, 2003. Obtido via <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/advocacy.doc>. Acesso em abril de 2008.

CARDOSO, F. G. & MACIEL, M.M. "Funções desempenhadas pelos assistentes sociais: mobilização social e práticas educativas". Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

CODIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS aprovado em 15 de março de 1993. Obtido via www.cfess.org.br/pdf/legislacao_etica_cfess.pdf. Acesso em 01 jun.2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Resolução No. 489 de 03 de junho de 2006. Diário Oficial da União de 07 de junho de 2006. Brasília.

FRANCISCO, Elaine Marlova & CARDOSO, Isabel Cristina C. "O processo de trabalho do Serviço Social". Em *Pauta - Cadernos da Faculdade de Serviço Social*, n.06. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

FRY, Peter & MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2000. 3. ed.

PRAXIS, JORNAL. "Homossexualidade: uma luta pela igualdade de direitos". Rio de Janeiro, n.9, ano II, set.2000, p. 5-9.

LUCINDA, Elisa. *O semelhante*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006, p.48. 5 ed.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PARKER, Richard. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed.34, 2000.

POCAHY, Fernando Altair & NARDI, Henrique Caetano. "Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social", *Revista Estudos Feministas*, v.15, n.1, Florianópolis, jan./abr. 2007.

SALES, Mione Apolinário. *Questão Social e defesa de direitos no horizonte da ética profissional*. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 2: Crise Contemporânea, *Questão Social e Serviço Social*. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD, 1999.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para análise histórica", *Educação e realidade*, v.16 (2), Porto Alegre, 1990.

SETUBAL, Aglair Alencar. *Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade*. São Paulo: Cortez, 2002. 2. ed.

SIMÕES, Carlos. "A ética das profissões". In: BONETTI, Dilséa A. et al (Orgs.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2000. 3. ed.

VALLS, Álvaro L.M. *O que é ética*. São Paulo: Brasiliense, 1993. 7 ed.

VELOSO, Laís Helena Pinto. "Processo de trabalho do Serviço Social (Do despreparo teórico-técnico às transgressões do ofício)", *Em Pauta - Cadernos da Faculdade de Serviço Social*, n.06. Rio de Janeiro, UERJ, 1995.